

MP manda investigar Academia

Inquérito vai apurar se a construção do Pavilhão Park Fair feriu o ordenamento urbano e o Patrimônio Cultural

O promotor Paulo José Leite Farias, da 4ª Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística do Ministério Público do Distrito Federal (Prourb) pediu instauração de inquérito policial contra a Academia de Tênis Resort e o seu proprietário, José Farani. O pedido foi encaminhado ontem à Delegacia de Meio Ambiente. As investigações começam a partir da publicação da portaria no *Diário da Justiça*.

O inquérito vai investigar possíveis crimes contra o ordenamento urbano e o Patrimônio Cultural da Humani-

dade causados pela construção do pavilhão Park Fair, erguido às margens do Lago Paranoá. As irregularidades que motivaram o pedido constam de laudos da Administração Regional de Brasília e do próprio Ministério Público do DF e foram mostradas pelo **Jornal de Brasília**, numa série de reportagens. "A intenção é apurar não só a responsabilidade do proprietário, mas também a da Academia enquanto pessoa jurídica", explica o promotor.

A Prourb argumenta que Farani e a Academia feriram

os artigos 60, 63, 64 e 66 da Lei 9.605/98. Entre as afrontas ao ordenamento urbano, a promotoria aponta a falta de licenciamento ambiental para a obra do pavilhão e a construção do mesmo em solo não edificável. Há ainda a suspeita de que Farani forneceu dados falsos quanto ao licenciamento ambiental da obra. As penas podem somar até sete anos de reclusão em caso de condenação.

O Ministério Público estuda, ainda, se entra com ação civil pública contra a Academia de Tênis para requerer a

remoção do pavilhão e a indenização pelos supostos crimes contra o ordenamento urbano e o Patrimônio. Se isso ocorrer, Farani responderá nas esferas civil, criminal e administrativa por supostas irregularidades no empreendimento.

Em outra frente, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa terminou o relatório-diagnóstico elaborado a partir da visita à Academia, dia 10 deste mês. No documento, os deputados apontam irregularidades como desmatamento de vegetação nativa em Área de Preserva-

ção Permanente e o despejo irregular de água pluvial no Lago Paranoá.

Para o presidente da Comissão, deputado Rôney Nemer (PMDB), o suposto uso de poços artesianos para abastecimento da invasão é a principal fonte de preocupação. "É emergencial a situação das famílias que bebem dessa água. Não há nenhum controle de potabilidade", afirma.

A comissão vai chamar os órgãos competentes, como Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Ibama), Secretaria de Meio

Ambiente e Recursos Hídricos do DF (Semarh), Caesb e Ministério Público do DF para uma mesa-redonda, marcada para a próxima segunda-feira. No encontro, serão discutidas providências em relação aos danos ambientais constatados.

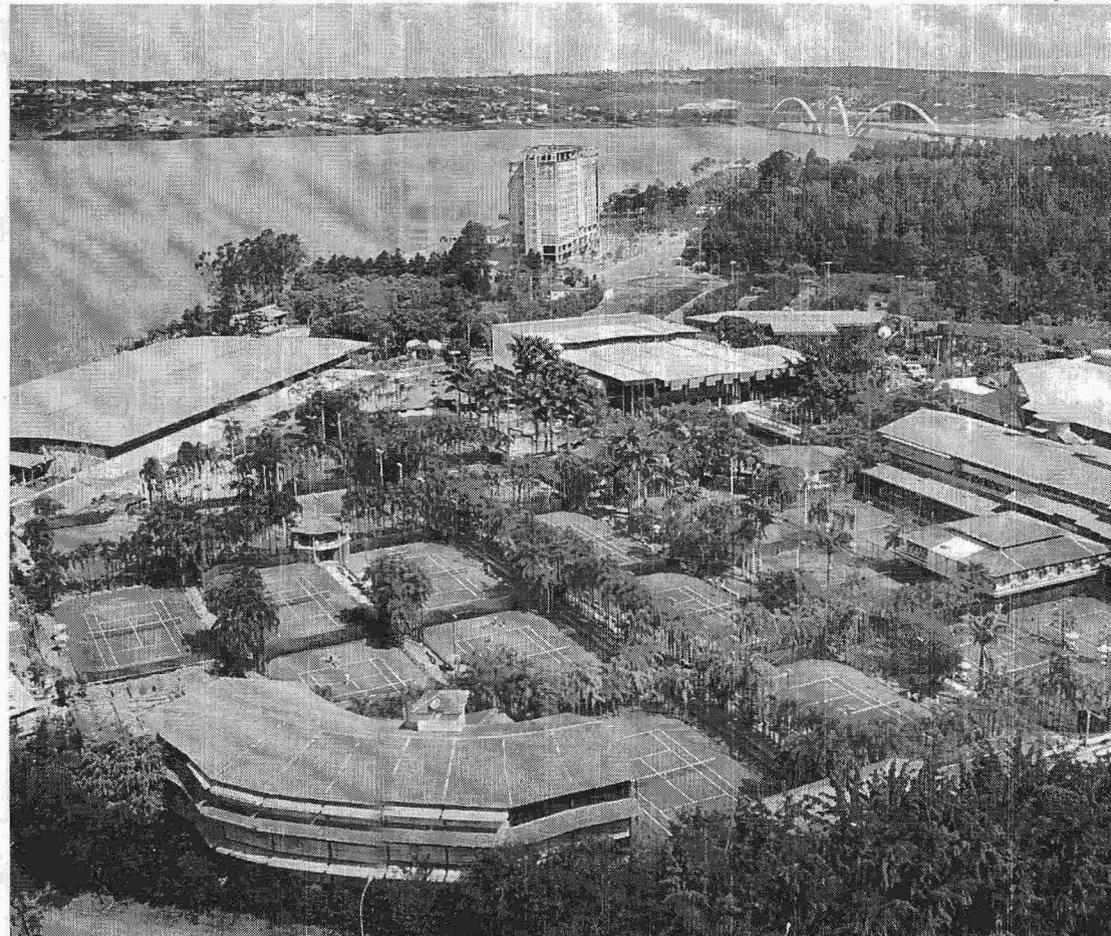
O proprietário da Academia de Tênis, José Farani, que se prontificou a cooperar na recuperação dos danos ambientais durante a visita, também será convocado. O empresário e cardiologista não foi encontrado até o fechamento desta edição para comentar o assunto.

JOSEMAR GONÇALVES

MEMÓRIA

- **1997** – Terracap constata que a Academia de Tênis usa o lote às margens do Lago como depósito de detritos e esgoto
- **Abril/1999** – A Lagoa do Jaburu, vizinha da Academia de Tênis, perde 75% de seu volume de água. Técnicos da Semarh descobrem que o lençol freático que alimentava a lagoa foi sugado por três poços artesianos do empreendimento. Juntos, retiravam 26 mil litros de água por hora
- **Mai/2002** – Deferido projeto para construção de galpão temporário, com piso asfáltico e estrutura tipo tenda de circo
- **Jul/2002** – Começam os serviços de limpeza do lote sem licenciamento ambiental para construção do galpão
- **Ago/2002** – Semarh expede auto de infração ambiental
- **Nov/2002** – Farani é notificado para apresentar alvará de construção do pavilhão
- **Dez/2002** – Galpão ainda inacabado é inaugurado e abriga festa de réveillon
- **Jan/2003** – Administração de Brasília constata que o galpão tem caráter definitivo, com estrutura complexa de aço e piso de porcelanato.

- Farani é notificado por construir em desacordo com o projeto aprovado
- **Mai/2003** – Obra é embargada pela Administração de Brasília, mas construção continua
- **Jun/2003** – Administração de Brasília expede ordem de demolição do pavilhão, batizado de Park Fair. Farani consegue liminar na Justiça impedindo a ação
- **29 de setembro de 2003** – **Jornal de Brasília** publica reportagem reunindo uma série de irregularidades acumuladas pela Academia de Tênis desde 1973
- **6 de outubro de 2003** – As supostas irregularidades na Academia de Tênis entram na pauta da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa
- **10 de outubro de 2003** – Deputados da Comissão de Meio Ambiente visitam a Academia e constataam danos ambientais à orla do lago e falhas no gabarito. Encontram também um poço artesiano dentro de uma casa, na Vila Brasília, em condições para funcionar. No mesmo dia o juiz da 8ª Vara de Fazenda Pública, Donizeti Aparecido da Silva, mantém liminar que impede demolição do Park Fair



Academia de Tênis, erguida às margens do Paranoá, acumula denúncias de irregularidades